

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 036

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 010ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE ABRIL DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Moysés Leônidas.

Às dezessete horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário res-

peitosamente, REQUER preferência de discussão e votação para a Proposição de Veto nº 001/2001, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 314/2000, de autoria do Poder Executivo Lei Orçamentária, item 05 da presente Sessão Extraordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Inversão da Ordem do Dias, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 914

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER que seja destacada a discussão e votação do inciso IV, letra "a", pertinente ao artigo 18 do Projeto de Lei nº 314/2000, que originou a proposição de veto parcial nº 001/2001, nos termos do artigo 132, § 2º, inciso VII, do Regimento Interno desta Casa de Leis, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 914-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário votação em bloco das Proposições de Veto, dos itens 01 a 04, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 914-B

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para a Proposição de Veto nº 001/2001, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 314/2000. **Prejudicado.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Vossa Excelência colocou em discussão o item nº 5 da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A presidência irá colocar em discussão e votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, o requerimento aprovado há poucos instantes de autoria do líder do Governo, estamos invertendo a pauta do item 05 para 1ª votação. Há um veto do senhor governador ao artigo 18 da Lei do Orçamento e esse é um artigo que entendo, deputado Durval Amaral, que nós deveríamos de mantê-lo. Porque é um instrumento a mais de fiscalização que tem esta Casa e que ela não pode abrir mão. Foi uma conquista depois de muitos anos de mão aberta em relação ao Orçamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio dar a esse instrumento uma qualificação maior. E não justifica a alegação do governo que é inconstitucional e que ele fere o artigo 9º da lei nº 101.

Ora, o que quer dizer? A cada bimestre o governo tem que trazer seu relatório de gestão financeira, se naquele momento não foi possível passar 1/12, evidentemente que fica prejudicada a lei que nós estamos votando do Orçamento.

Por isso encaminho à Mesa, senhor presidente, um pedido de destaque ao Veto Proposição nº 101, para que nós destaquemos o artigo 18 da lei e que consta da mensagem da nota técnica da Secretaria de Planejamento e Orçamento. É esse o encaminhamento que quero fazer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando que seja destacada a discussão e votação do inciso IV, letra “a”, pertinente do artigo 18 do Projeto de Lei nº 314/2000, que originou a Proposição de Veto Parcial nº 001/2001, nos termos do artigo 132, § 2º, inciso VII, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Em votação o requerimento. Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Dezoito senhores deputados aprovam.

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Vinte e seis senhores deputados rejeitam o requerimento. **Está rejeitado o requerimento.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**(Assentimento)**

Não sei se regimentalmente vem a ser Pela Ordem e peço a sua benevolência para o que vou dizer. Para Encaminhar.

Meus caros deputados, não adianta depois nós nos queixarmos de que o governo não cumpriu, de que o governo não atendeu emendas, de que o governo não correspondeu aos compromissos que assumiu. Se a hora que nós temos um instrumento na mão, nós simplesmente votamos contrário ao próprio interesse desta Casa em fiscalizar e acompanhar. Quer dizer, não adianta depois fazer discursos para a platéia. Nós temos que fazer é, neste momento em que nós valorizamos a Casa exigindo a votação, exigindo o acompanhamento.

E nós estamos perdendo, aqui, a oportunidade de fazer o exercício maior da condição de deputado, quando deixamos de votar, deputado Durval Amaral, o artigo 18, que Vossa Excelência como relator colocou. E naquele momento Vossa Excelência, como os demais membros da Comissão, entenderam a necessidade deste artigo. Há muitos anos, acho que há muito o parlamento não teve oportunidade de acompanhar e de fazer da Lei do Orçamento, uma Lei para que nós pudéssemos acompanhar e fazer a vontade do Parlamento, inserido nesta Lei.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)**(Assentimento)**

Nós vamos encaminhar, senhor presidente, pela rejeição ao veto, porque na mesma linha de raciocínio do deputado José Maria, até acho que nós podemos rejeitar o veto na sua plenitude, porque o governador Jaime Lerner vetou algumas emendas de alguns deputados. Uma emenda, por exemplo, que beneficia o município de Jaguará; vetou emendas da Fazenda Rio Grande, de Campina Grande do Sul, de Cafeara, de Matelândia, de Foz do Iguaçu; vetou outra emenda de Foz do Iguaçu; mais uma emenda do município de Porto Vitória, de Cruz Machado e mais duas emendas que foram feitas pelos senhores deputados.

Além dessas emendas, como disse o deputado José Maria, o governador Jaime Lerner vetou - mutilado, praticamente, a nossa Lei Orçamentária para o presente exercício. Vetou o artigo 18, que busca tratar as finanças públicas com transparência. Além de vetar emendas de autoria dos senhores deputados, que deveriam beneficiar municípios do Paraná, também o governador - não se contentando com isso, vetou o artigo 18 da lei que diz o seguinte: “A Secretaria do Estado da Fazenda no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesas especificando por pro-

jeto, atividade, operações especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamento fiscal e próprio da administração indireta com os valores na forma do disposto no artigo 7º desta Lei.”

Ora, a Assembléia Legislativa ao manter o veto do governador está abrindo mão de uma posição fundamental no exercício do mandato do deputado, que é tomar conhecimento das finanças públicas, do desempenho da máquina administrativa no aspecto financeiro, senhor presidente.

Se mantivermos o veto do governador estaremos abrindo mão de um princípio básico do deputado do Poder Legislativo. Por isso nós, do PMDB, iremos votar não, iremos derrubar o veto para que a Assembléia Legislativa cumpra com seu papel constitucional de fiscalização, de representante do povo aqui, neste Poder, e para que exijamos do Governo do Estado transparência nos atos da administração pública. Por outro lado, também, as emendas dos deputados estaduais sejam elas respeitadas pelo governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/2001, veto parcial ao Projeto de Lei nº 314/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 26/2000, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2001. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 274/2000

Curitiba, 28 de dezembro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/2000, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 314/2000, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Autógrafo estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2001, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições relacionadas na Informação nº 268/2000/COP/SEFA, cujos termos, por mim endossados, constituem as razões fundamentais deste veto. Em anexo, como parte integrante da decisão aqui adotada, segue, por cópia autêntica, o inteiro teor do mencionado pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO INFORMAÇÃO Nº 268/2000

INTERESSADO:

Secretaria de Estado do Governo

ASSUNTO:

Análise do Projeto de Lei nº 314/2000 que trata do Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 2001.

Analisando o Projeto de Lei nº 314/2000 que trata do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2001 verificamos que:

I - Foram incorporados pelo Poder Legislativo em consequência de Emendas aprovadas Três Anexos a saber:

Anexo VI - Emendas à despesa com o valor de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais);

Anexo VII - Emendas ao conteúdo programático;

Anexo VIII - Emendas de Cancelamentos no valor de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais).

A tabela A apresenta o resumo das emendas à despesas (Acréscimo) segundo o especificado no Anexo VI.

A tabela B apresenta o resumo dos Cancelamentos (Reduções) segundo o especificado no Anexo VIII.

II - Com relação ao texto da Lei a Tabela C apresenta o comparativo entre o Texto Original e o Texto Substitutivo.

III - Inicialmente analisamos o Anexo VIII que trata dos Cancelamentos de Dotações para atenderem as Emendas a Despesa (Anexo VI) e detectamos algumas impropriedades, quais sejam:

a) cancelamentos de dotações do Poder Judiciário e do Poder Legislativo contrariando o artigo 11 da Lei nº 12.895 de 06 de julho de 2000 (LDO para 2001).

b) Cancelamento de dotações destinadas ao pagamento de Precatórios Judiciais no valor de R\$49.500.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos mil reais) do Departamento de Estradas de Rodagem - DER contrariando o parágrafo 5º do Art. 98 da Constituição do Estado do Paraná e os Artigos 23 e 24 da LDO para 2001.

IV - Diante das Análises procedidas entendemos que devem ser vetados:

a) O artigo 18 que contraria o estabelecido no artigo 9º da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 ao determinar que o Poder Executivo deverá proceder todos os meses, empenhos e pagamentos de um doze avos, do constante do Anexo VI des-

ta Lei. O artigo 9º da referida Lei Complementar estabelece que se verificando ao final de um bimestre que a execução das despesas foi superior a realização das receitas deverão ser limitados os empenhos e a movimentação financeira nos montantes necessários.

b) Parcialmente, no valor de R\$51.318.000,00 (cinquenta e um milhões, trezentos e dezoito mil reais) as dotações do Anexo VIII no que se referem:

- a recursos destinados ao pagamento de Precatórios Judiciais do DER, no valor de R\$49.5000.000,00.

- a recursos destinados no Tribunal de Contas no valor de R\$1.208.000,00.

- a recursos destinados no Tribunal de Justiça no valor de R\$610.000,00, que ultrapassaram o montante de recursos acrescidos para o mesmo órgão no Anexo VI.

c) Parcialmente, no valor de R\$51.318.000,00 (cinquenta e um milhões e trezentos e dezoito mil reais) as emendas a despesa constantes do Anexo VI, decorrentes dos vetos sugeridos no anexo VIII. A tabela D demonstra as emendas e os montantes sugeridos para veto no referido valor.

TABELA D: EMENDAS À DESPESA

VETAR:

SETR P/A 1180	-	pág. 20 emenda 5824	=	R\$	1.380.000,00
SEPL P/A 2036	-	pág. 24 emenda 3653	=	R\$	1.000.000,00
SEPL P/A 2036	-	pág. 24 emenda 4721	=	R\$	800.000,00
SEOP P/A 2094	-	pág. 25 emenda 10414	=	R\$	10.000,00
SEOP P/A 2094	-	pág. 25 emenda 10415	=	R\$	5.000,00
SEED P/A 2139	-	pág. 26 emenda 5006	=	R\$	1.000,00
SEED P/A 2141	-	pág. 26 emenda 5084	=	R\$	1.000,00
SETI P/A 2203	-	pág. 40 emenda 5002	=	R\$	1.000,00
SETR P/A 2381	-	pág. 64 emenda 5891	=	R\$	25.000.000,00
SETR P/A 2381	-	pág. 64 emenda 0002	=	R\$	20.000,00
SETR P/A 2381	-	pág. 64 emenda 0006	=	R\$	100.000,00
SETR P/A 2381	-	pág. 65 emenda 5890	=	R\$	<u>23.000.000,00</u>
				R\$	51.318.000,00

V - O Anexo VII - EMENDAS DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO incorpora ações ao Programa de trabalho proposto pelo Poder executivo.

VI - Entendemos que se procedidos os vetos indicados no item IV, o Projeto de Lei nº 314/2000 que trata o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2001 encontra-se em condições de ser sancionado.

É a informação.

Curitiba, em 27.12.2000.

(a) OTAVIANO FABBRI FERRAZ
Coordenador da COP/SEFA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO nº 01/2001

P A R E C E R :

Veto 01/2001 é parcial e foi oposto ao Projeto de Lei nº 314/2000 de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná para o exercício de 2001.

Foi vetado o artigo 18 (sob a alegação que contraria o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei 101/2000, do Projeto de Lei Orçamentária, com o seguinte teor:

“Art. 18 - O Poder Executivo deverá proceder todos os meses, empenhos e pagamentos de um doze avos, do constante no Anexo VI desta Lei”.

Foram vetadas, ainda, as emendas:

5824	-	R\$	1.380.000,00
3653	-	R\$	1.000.000,00
4721	-	R\$	800.000,00
10414	-	R\$	10.000,00
10415	-	R\$	5.000,00
5006	-	R\$	1.000,00
5084	-	R\$	1.000,00
5002	-	R\$	1.000,00
5891	-	R\$	25.000.000,00
0002	-	R\$	20.000,00
0006	-	R\$	100.000,00
5890	-	R\$	23.000.000,00
TOTAL		R\$	51.318.000,00

Sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Veto 01/2001.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Vamos proceder a Chamada Nominal dos senhores deputados para a votação da discussão única da Proposição nº 01/2001, Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 314/2000.

(**É feita a chamada nominal**)

Responderam a chamada 49 (quarenta e nove) senhores deputados.

Atenção para a segunda chamada.

(**É feita a segunda chamada nominal**)

Responderam a chamada 49 (quarenta e nove) senhores deputados.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Quero fazer um comunicado à Casa: amanhã pela manhã, por volta de 11:00 horas, o Partido dos Trabalhadores estará protocolando no Tribunal de Justiça, quatro ações judiciais contra a propaganda que o governo do Estado vem mantendo na televisão, com relação à Copel.

Estamos pedindo direito de resposta, na mesma proposição da informação mentirosa, quando fala que o governo do PT, que privatizou a Escelsa, quando na verdade foi no governo Albuino Azeredo e a Escelsa era já do governo federal, depois dessas ações, protocolamos ações das várias mídias que têm no Paraná, cada mídia tem uma ação jurídica. Depois dessas ações vamos entrar com um pedido de indenização por dano moral ao nosso Partido, o PT.

Portanto, reafirmo aqui, senhor presidente, amanhã às 11:00 horas da manhã estaremos com o nosso presidente André Vargas, protocolando o pedido, quatro ações judiciais, pedindo direito de resposta com relação a propaganda mentirosa da Copel. E estamos preparando outras ações que é com relação aquele negócio do clips, o governo paga para mentir na televisão, porque diz que precisa fazer licitação para comprar o clips. Talvez esse governo, porque esbanja clips, talvez tenha acima de oito mil reais por mês, para alguns escritórios, talvez seja isso.

Então, também estamos preparando ações jurídicas nesses sentido, para tentar barrar as falsidades que percorrem o Paraná, para prejudicar o povo paranaense e vender esse prestigioso patrimônio da Copel.

Obrigado, senhor presidente Elio Rusch.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Gostaria de convidar o Plenário, todos os senhores deputados, em que pese eu não fazer parte da Comissão de Educação desta Casa, mas a Assembléia aprovou um requerimento de minha autoria, que convoca a secretária de Educação, Alcione Saliba, e ela, segundo me consta, estará amanhã, às 10:30 horas na Sala das Comissões, para responder o porquê da falta de professores em escolas públicas de Curitiba e região metropolitana.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDIENTE (Elio Rusch)

Atenção, senhores deputados, para o resultado da votação do veto em relação ao número item 05.

Quarenta e nove (49) senhores deputados votaram.

Sim: 30 (trinta).

Não: 19 (dezenove).

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Temos sobre a mesa, o requerimento que pede a votação em bloco.

Rejeitado parcialmente o projeto.

Temos, sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expedi-

ente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, dos itens 01, 02, 03 e 04, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Tem um veto de um projeto de nossa autoria aqui, senhor presidente, é o item 02 da pauta, um projeto de nossa autoria que está aqui para apreciar o veto. Consulto Vossa Excelência, tendo em vista que é um caso específico, mas não gostaria de discutir isso e parte, agora aqui, gostaria de pedir a Vossa Excelência, se fosse possível, retirar da pauta, para que pudéssemos apreciar em outra oportunidade, onde terei condições então de fazer a defesa do projeto com relação a questão do veto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito a Vossa Excelência que peça então destaque de votação para que o seu veto possa ser apreciado isoladamente, destacadamente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Estou pedindo, se for possível, que Vossa Excelência adiasse a votação desse veto para não termos que fazer duas votações aqui, tendo em vista o adiantado da hora, aí ficaria para uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDIENTE (Elio Rusch)

Pelo regimento e constitucionalmente, não há formas de adiá-lo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Na semana passada, quando se analisava aqui também vetos, um deles referente a um projeto do deputado Beto Richa, se não me falha a memória, sobre imóvel de Jacarezinho, naquela oportunidade um requerimento formalizado, se não me falha a memória, pelo próprio líder do Governo, pediu a retirada daquele veto da discussão daquela sessão e foi atendido por esta Mesa, por este Plenário.

Faço um apelo a Vossa Excelência, que atenda o pedido do deputado Augustinho Zucchi e coloque esse item, para ser apreciado hoje, e o retorne na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDIENTE (Elio Rusch)

Consultamos ao Plenário. Está em votação o requerimento de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Proposição nº 004/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 377/99, por cinco (05) sessões.

Aprovado.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 377/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno, conforme especifica. (Doação à

Prefeitura de Itapejara D'Oeste). COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Conforme requerimento aprovado de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, fica retirada a Proposição nº 004/2000, por cinco (05) sessões.

OF/CTL/SEEG Nº 386/99

Curitiba, 21.12.99.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 231/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 377/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 377/99 foi publicado no D.A. nº 083, de 30.06.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO AO PROJETO DE LEI 377/99

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do deputado Augustinho Zucchi, o presente projeto de lei visava autorizar o Poder Executivo a doar lote de terreno à Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, com o objetivo de construir moradias para a população pobre do município.

O projeto de lei foi vetado pelo chefe do Poder Executivo, tendo por justificativa "que o imóvel poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual ou transferido ao sistema previdenciário estadual."

Do Parecer

O artigo 215 do Regimento Interno, assevera que "os projetos devolvidos à Assembléia, com veto parcial ou total do governador, serão distribuídos à comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias". A proposição recebida em 17.02.2000, se encontra, pois, dentro do prazo legal e regimental, estando em condições de ser apreciada

pelo Plenário da Assembléia Legislativa, nos termos legais.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

Vamos votar, agora, apenas os itens nºs 01, 03 e 04: votação em bloco.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/98, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 158/98, de autoria do deputado Eduardo Trevisan que dispõe sobre a proteção do consumidor quanto a procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 275/98

Curitiba, 28 de julho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 124/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuições conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 158/98, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre informações aos consumidores, esclarecendo a natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores situados no Estado do Paraná. Contém, ainda, disposições no sentido de que os postos revendedores de combustíveis que exibirem marca de determinada empresa distribuidora, somente poderão comercializar produtos adquiridos da mesma. Define, também, o rol de órgãos da estrutura administrativa do Estado do Paraná, aos quais serão atribuídos encargos específicos para fiscalização quanto ao exato cumprimento da medida, fixando multas por desobediência às pretendidas normas.

A negativa de sanção do projeto de lei em epígrafe decorre de seu prisma de inconstitucionalidade, eis que, embora não bem definida a competência legislativa sobre tal matéria, se da esfera federal e/ou dos Estados, a União, avocando para si, vem legislando e determinando contornos plenos e exclusivos em torno do assunto. Entre os mais recentes diplomas legais editados pela União, perder-se-á, a par de vários atos emanados do Departamento Nacional de Combustíveis, mencionar a Lei Federal nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 e a recentíssima Medida Provisória nº 1.690-1, de 29 de junho próximo passado (DOU nº 122 - de 30.06.98), em cujas disposições as atividades pertinentes à distribuição e comercialização de combustíveis estão completa e detalhadamente definidas.

Ao Estado não caberia, portanto, legislar paralelamente, nem tampouco supletivamente a respeito de matéria esgotada por legislação federal, pois, se o fizesse, poderia estar criando conflito de normas, desrespeitando, inclusive, princípios consagrado no Direito Brasileiro, qual seja o da “hierarquia das leis”.

Por outro lado, há que ser ressaltada a existência de outra inconstitucionalidade, pois o artigo 5º do presente projeto de lei, ao atribuir competência a órgãos do Executivo Estadual, afronta o artigo 66, inciso IV, da Carta Estadual, onde está reservada ao governador do Estado exclusividade para iniciativa do processo legislativo de dispositivos legais de tal natureza.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 158/98, foi publicado no D.A. nº 053, de 06/05/98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 18/98

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 158/98, de autoria do deputado Eduardo Trevisan, que dispõe sobre a proteção do consumidor quanto a procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.1998.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 3

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/2000, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 460/99, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Altônia, da data de terra nº 07, da quadra nº 60, localizada na cidade de Altônia, contendo uma casa de madeira medindo 181,42m², objeto da matrícula nº 1.486 do Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 029/2000

Curitiba, 01 de fevereiro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 315/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento

de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 460/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, pode vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 460/99, foi publicado no D.A. nº 107, de 25/08/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 20/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 460/99, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Altônia, da data de terra nº 07, da quadra nº 60, localizada na cidade de Altônia, contendo uma casa de madeira medindo 181,42m², objeto da matrícula nº 1.486 do Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 4

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/2000, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 028/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras para o município de Santa Tereza do Oeste. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 098/2000

Curitiba, 31 de julho de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 047/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 028/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imó-

vel cuja doação é pretendida, pode vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998 ou ser objeto de aplicação das disposições da Lei nº 10.429, de 03 de agosto de 1993.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 028/99, foi publicado no D.A. nº 004, de 21/02/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO Nº 53/2000

PROJETO DE LEI Nº 028/2000

P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 028/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras para o município de Santa Tereza do Oeste.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafa encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez e, no prazo constitucional comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Convido o 1º secretário, para que proceda a Chamada Nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cesar Seleme)
(Procede à Chamada Nominal)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

43 (quarenta e três) senhores deputados votaram. Convidamos os deputados Ademir Bier, Divanir Palma e o deputado Takayama para fazer o escrutínio dos votos.

Quarenta e três (43) senhores deputados votaram.

Dezoito (18) votaram não.

Vinte e cinco (25) votaram sim.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os três projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Hermes da Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Plauto Miró Guimarães, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Moysés Leônidas e Carlos Simões. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 044/2001 de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 042/2001 de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 060/2001 de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 043/2001 de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 019/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Chico Noroeste - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 076/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 072/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 082/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 579/99 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 063/2001 de autoria da deputada Serafina Carriho e do deputado Antonio Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 402/2000 de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 068/2001 de autoria do deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 088/2001 de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 050/2001 de autoria dos deputados Irineu Colombo e Hermes da Fonseca. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 15) Projeto de Lei nº 049/2001 de autoria dos deputados Irineu Colombo e Hermes da Fonseca. O senhor deputado Antonio Carlos Belinati, relator da

matéria, REQUER DILIGÊNCIA, junto à Secretaria de Estado dos Transportes e da Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO; 16) Projeto de Lei nº 080/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Caíto Quintana. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais,

lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária